



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

CONTRATO N.º 025/SG/MPDFT/2021

PROCESSO N.º 08191.061789/2021-10

CONTRATO DE AQUISIÇÃO, COM PRESTAÇÃO DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, E DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA.

CONTRATANTE

A UNIÃO, por intermédio do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o número 26.989.715/0002-93, instalado no Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, em Brasília – DF, neste ato representado por seu Secretário-Geral, **WAGNER DE CASTRO ARAÚJO**, nos termos da Portaria n.º 75/PGJ, de 19 de janeiro de 2015, daqui por diante designado simplesmente **MPDFT**;

CONTRATADA

DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o número 72.381.189/0010-01, estabelecida na Avenida da Emancipação, 5000, parte B, Bairro Parque dos Pinheiros, Hortolândia – SP, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada por seu Procurador, **MAURICIO LUIS CASSALTA DE PAULA COUTO**, brasileiro, casado, portador da CI-RG n.º 086300/0-5 - CRC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 021.055.837-76, conforme Procuração, que confere ao qualificado poderes para representá-la na assinatura do contrato, daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**.

As partes supra identificadas ajustaram, e por este instrumento celebram um **CONTRATO DE AQUISIÇÃO, COM PRESTAÇÃO DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**, sob a forma de entrega parcelada em conformidade com as disposições contidas na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, atualizada; no Decreto n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019, subsidiariamente no Decreto n.º 3.555, de 8 de agosto de 2000, e na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, no edital de **PREGÃO ELETRÔNICO n.º 60/2020**, do tipo **MENOR PREÇO**, doravante designado meramente edital, e nos autos do processo n.º 08191.061789/2021-10, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de equipamentos de informática (ITEM 2), com prestação de serviços de assistência técnica de acordo com as condições e as especificações deste instrumento e dos anexos do edital.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

O fornecimento do objeto deverá obedecer às disposições constantes dos anexos do edital.

PARÁGRAFO SEGUNDO – GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A garantia e assistência técnica fornecida pela CONTRATADA deve obedecer aos seguintes itens:

- a) Deve ser fornecida garantia de 36 (trinta e seis) meses *on-site* (incluindo troca de equipamentos defeituosos e assistência técnica) para o equipamento, pelo Fabricante ou assistência técnica autorizada, conforme especificações presentes no Termo de Referência anexo ao edital;
- b) Deve ser fornecida garantia de 12 (doze) meses para a bateria, pelo Fabricante ou assistência técnica autorizada, conforme especificações presentes no Termo de Referência anexo ao edital;
- c) A garantia deve ser fornecida pelo Fabricante, podendo ser o atendimento por empresa pertencente à sua rede autorizada, devidamente capacitada para tal função;
- d) Não são aceitas adaptações no equipamento. Deve ser comprovado através de declaração do Fabricante que todo equipamento será/foi integrado em fábrica. Esta exigência visa à procedência, originalidade e garantia total do equipamento pelo FABRICANTE. Esta documentação solicitada não tem nenhuma correlação com as declarações que objetivam comprovar: vínculo entre Licitante e Fabricante; vínculo de Distribuidor e/ou Revendedor; solidariedade do Fabricante. O documento deverá ser apresentado conforme especificações presentes no Termo de Referência anexo ao edital;
- e) A empresa FABRICANTE do equipamento deve prover assistência técnica em todo território brasileiro e deverá dispor de um número telefônico do tipo (0800) para suporte técnico e abertura de chamados técnicos;
- f) Deve possuir recurso disponibilizado via site do próprio FABRICANTE (informar URL para comprovação) ou do revendedor autorizado que faça a validação e verificação da garantia do equipamento através da inserção do seu número de série e modelo/número do equipamento;
- g) O atendimento às chamadas técnicas durante o período de garantia será no regime de 7x5 (sete horas por dia e cinco dias por semana);
- h) O Fabricante, diretamente ou através de sua rede credenciada, deverá manter registros escritos dos referidos chamados constando o nome do técnico que prestou o atendimento e uma descrição resumida do problema;

- i) Durante o prazo de garantia, será substituída, sem ônus para o órgão, a parte ou peça defeituosa, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos;
- j) Quando da manutenção, as peças a serem substituídas devem ser idênticas às do equipamento originalmente recebido;
- k) É vedado qualquer tipo de serviço ou assistência técnica que requeira o envio do equipamento ou de acessórios pelo correio ou por qualquer outro meio;

PARÁGRAFO TERCEIRO – DOS PRAZOS

A tabela a seguir apresenta prazos para os principais eventos que ocorrerão durante a execução do Contrato:

AÇÃO	PRAZO
Prazo para a entrega dos objetos	Até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do início da vigência do contrato.
Emissão do Termo de Recebimento Provisório pelo MPDFT.	3 (três) dias úteis contados a partir da entrega do objeto.
Testes de conformidade.	5 (cinco) dias úteis contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório.
Emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo MPDFT.	5 (cinco) dias úteis contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório
Início da prestação da Garantia Técnica.	Imediatamente após emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
Substituição de equipamentos recusados nos testes de conformidades.	15 (quinze) dias corridos a partir da comunicação à CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUARTO – DO LOCAL DE ENTREGA

Os materiais deverão ser entregues na Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, localizada no seguinte endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Edifício Sede I do MPDFT, sala 227, Brasília- DF, CEP 70.091-900, Brasília-DF.

PARÁGRAFO QUINTO – DA DOCUMENTAÇÃO REGULAMENTAR

A execução do objeto contratual, mediante Pregão Eletrônico n.º 60/2020, fundamentada na Lei n.º 10.520/2002, obedecerá às estipulações deste instrumento, além das obrigações assumidas na proposta firmada pela CONTRATADA em 23/10/2020, e dirigida ao MPDFT, contendo os valores unitário e global, bem assim nos demais documentos constantes do processo n.º 08191.061789/2021-10, que independentemente de transcrição passam a integrar e complementam o contrato, naquilo que não o contrariem.

PARÁGRAFO SEXTO – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por

cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto nas alíneas “a” e “b” do inciso I e § 1º e 2º do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MPDFT

Por via deste instrumento contratual, o MPDFT obriga-se a:

1. relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela credenciada;
2. efetuar, com pontualidade, os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades previstas no ato convocatório e neste instrumento;
3. cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas deste contrato;
4. realizar testes de conformidade e pronunciar de forma conclusiva acerca do aceite ou não do produto adquirido, lavrando o respectivo Termo de Recebimento Definitivo;
5. lavrar, em caso de não conformidade, um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, o item objeto deste contrato será rejeitado, devendo ser substituído no prazo estabelecido, quando se realizarão novamente as verificações de conformidade;
6. anotar em registro próprio e notificar à CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do contrato, fixando prazo para a sua correção;
7. informar à CONTRATADA nome e telefone do gestor do contrato e de seu substituto, mantendo tais dados atualizados.

PARÁGRAFO ÚNICO – DAS OBRIGAÇÕES DO GESTOR DO CONTRATO

Constituem-se obrigações do gestor do contrato, aquelas dispostas nos itens de 3 a 7 desta cláusula.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a cumprir fielmente o estipulado neste instrumento e na sua proposta e em especial:

1. entregar os equipamentos de informática (ITEM 2) na quantidade, qualidade e marca indicadas em sua proposta e de acordo com as condições e especificações técnicas constantes dos anexos do edital e no prazo estipulado no Parágrafo terceiro da Cláusula Primeira, a contar da data da assinatura deste instrumento;
2. recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade os empregados necessários à perfeita execução dos serviços contratados;
3. manter preposto para representá-la durante o fornecimento dos produtos e a execução dos serviços ora tratados, desde que aceitos pelo MPDFT;
4. substituir, sempre que exigido pelo Gestor do Contrato, o(s) preposto(s), cuja qualificação, atuação, permanência ou comportamento forem julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do órgão ou ao interesse do serviço público, decorrente da execução do serviço;

5. apresentar, sempre que solicitado pelo gestor do contrato, no prazo máximo estipulado no pedido, as informações por este solicitadas, bem como a documentação referente às condições exigidas neste instrumento contratual;
6. respeitar o prazo máximo para atendimento e reparo/solução do problema que ocasionou o chamado, contado a partir da abertura do mesmo, de até 5 (cinco) dias úteis, inclusive quando o mesmo implicar troca de peças ou componentes;
7. sanar as irregularidades apontadas no recebimento definitivo, submetendo a etapa impugnada a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução do saneamento necessário, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis. Os custos da substituição do bem rejeitado correrão exclusivamente a expensas da CONTRATADA;
8. caso a substituição não ocorra no prazo estabelecido, ou caso o novo material também seja rejeitado, estará à empresa CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das sanções previstas em Lei;
9. comunicar imediatamente ao MPDFT, por intermédio do gestor do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução deste contrato;
10. não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento, prévio e por escrito, do MPDFT;
11. não utilizar o nome do MPDFT, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sob pena de rescisão do presente contrato;
12. não oferecer este contrato em garantia de operações de crédito bancário;
13. prestar garantia pelo período de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses *on-site* a contar do recebimento definitivo do objeto deste contrato;
14. dispor de número de telefone fixo local (DDD 61) ou 0800 ou e-mail ou sítio na internet para abertura de chamado e solicitação de suporte técnico, sem custos adicionais ao MPDFT;
15. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato;
16. responder civilmente por danos e/ou prejuízos causados ao MPDFT ou a terceiros, decorrentes da instalação dos equipamentos ou da prestação da assistência técnica, ou de atos dolosos ou culposos de seus empregados. Assume a CONTRATADA, nesse caso, a obrigação de reparar o dano e/ou prejuízo, inclusive mediante a reposição do bem danificado em condições idênticas às anteriores ao dano ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias, após a comunicação que lhe deverá ser feita por escrito. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, o MPDFT reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento da garantia de execução ou da fatura do mês;
17. manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
18. recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multa previstas neste instrumento e que lhe sejam aplicadas por meio de procedimento administrativo, decorrentes de descumprimento de obrigações contratuais;
19. o atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do MPDFT;
20. comunicar ao gestor do contrato, por escrito, no prazo de dez dias úteis, quaisquer alterações havidas no contrato social, durante o prazo de vigência deste contrato, bem como apresentar os documentos comprobatórios da nova situação;

21. encaminhar qualquer solicitação ao MPDFT por intermédio do gestor do contrato;
22. acatar a fiscalização, a orientação e o gerenciamento dos trabalhos por parte do gestor do contrato designado pelo MPDFT;
23. manter e acessar regularmente o(s) correio(s) eletrônico(s) gustavo.leiva@dell.com; larissa.barth@dell.com; mauricio_couto@dell.com, para onde serão endereçadas todas as correspondências e notificações da Assessoria de Contratos e Convênios do MPDFT;
 - 23.1. as notificações enviadas para o correio eletrônico informado pela contratada, equivalem às notificações feitas sob qualquer outra forma prevista em lei, e delas constarão o conteúdo integral da notificação;
 - 23.2. as notificações encaminhadas para o endereço eletrônico informado pela CONTRATADA serão dadas como entregues e lidas a contar da data do envio.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução deste contrato correrão, neste exercício (2021), à conta de créditos orçamentários consignados no Orçamento Geral da União, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, na categoria econômica de Despesa de Capital, sob o Programa de Trabalho 03062058142610053 e Elemento de Despesa 449052.

PARÁGRAFO ÚNICO

Para cobertura da despesa foi emitida Nota de Empenho n.º 2021NE000210, de 25/05/2021, no valor de R\$ 215.160,00 (duzentos e quinze mil, cento e sessenta reais), à conta da dotação orçamentária especificada nesta cláusula.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

O MPDFT pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto deste contrato, o preço fixo e irrevogável correspondente ao valor global de R\$ 215.160,00 (duzentos e quinze mil, cento e sessenta reais), conforme a tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	QUANTIDADE (UNIDADE)	VALOR (R\$)	
				UNITÁRIO	TOTAL
2	Notebook, tela: até 14 pol, interatividade da tela: sensível ao toque, memória ram: 5 a 8 gb, núcleos por processador: até 4, armazenamento hdd: sem disco hdd gb, armazenamento ssd: 110 a 300 gb, bateria: definido pelo fabricante, alimentação: bivolt automática, sistema operacional: proprietário, garantia on site: 36 meses. Observações do Item: Notebook tipo 2 – 2 em 1	Dell - Latitude 7310 - 2 em 1	22	9.780,00	215.160,00

PARÁGRAFO ÚNICO

O preço fixado nesta cláusula compreende todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à perfeita execução do objeto do presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

O recebimento do objeto será realizado de acordo com o art. 9º, II da Portaria Normativa/DG nº 32, de 13 de janeiro de 2010, com o art. 73 da Lei 8.666/93 e art. 10 da Portaria Normativa DG nº 008, de 13 de maio de 2008, nos seguintes termos:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações do Edital e seus Anexos, obedecendo as diretrizes de recebimento da Unidade;
- b) após a entrega o MPDFT realizará testes de conformidade e pronunciar-se-á de forma conclusiva acerca do aceite ou não do produto adquirido, lavrando o respectivo Termo de Recebimento Definitivo;
- c) em caso de não conformidade, lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, o item objeto do termo de Referência será rejeitado, devendo ser substituído no prazo estabelecido, quando se realizarão novamente as verificações de conformidade;
- d) caso a substituição não ocorra no prazo estabelecido, ou caso o novo material também seja rejeitado, estará a empresa CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das sanções previstas em Lei;
- e) à CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento definitivo, submetendo a etapa impugnada a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução do saneamento necessário, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis. Os custos da substituição do bem rejeitado correrão exclusivamente a expensas da CONTRATADA.
- f) o recebimento não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito desempenho do produto fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

PARÁGRAFO ÚNICO

A entrega do objeto pela CONTRATADA e seu recebimento pelo MPDFT não implicam sua aceitação definitiva, que será caracterizada pela atestação da nota fiscal/fatura correspondente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O MPDFT pagará à CONTRATADA, pelo objeto efetivamente fornecido, a importância de R\$ 215.160,00 (duzentos e quinze mil, cento e sessenta reais), até o 10º (décimo) dia da apresentação de fatura ou nota fiscal dos serviços executados, em nome do MPDFT, CNPJ 26.989.715/0002-93, devidamente atestado pelo setor competente, por meio de depósito na conta-corrente da CONTRATADA, através de Ordem Bancária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DAS CERTIDÕES NEGATIVAS

A consulta relativa à regularidade fiscal, exigida quando da habilitação, será feita previamente a cada pagamento, devendo seu resultado ser juntado aos autos do processo próprio e ficando o efetivo pagamento a ela condicionado.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O prazo de pagamento será suspenso se o fornecimento não estiver de acordo com as especificações estipuladas neste instrumento, casos em que o prazo acima referido será contado a partir da efetiva regularização pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO TERCEIRO

No caso de atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo MPDFT, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP** – onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = índice de atualização financeira = 0,0001643.

PARÁGRAFO QUARTO

Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto n.º 93.872/86.

PARÁGRAFO QUINTO

Do montante devido à CONTRATADA poderão ser deduzidos os valores correspondentes a multas e/ou indenizações impostas pelo MPDFT.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DO EXECUTANTE

A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ 10.758,00 (dez mil, setecentos e cinquenta e oito reais), no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de assinatura deste instrumento, correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, devendo ser renovada quando houver prorrogação contratual e complementada no caso de acréscimo previsto no art. 65, § 1º da Lei n.º 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos causados à administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;
- d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela contratada.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nas alíneas “a” a “d” do parágrafo anterior

PARÁGRAFO TERCEIRO

O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.

PARÁGRAFO QUARTO

O MPDFT não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou força maior;
- b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- c) descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;
- d) atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

PARÁGRAFO QUINTO

Caberá à própria Administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nas alíneas “c” e “d” do parágrafo anterior, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo MPDFT, bem como de processo administrativo instaurado pelo MPDFT com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO

Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no Parágrafo Quarto.

PARÁGRAFO SÉTIMO

A CONTRATADA se compromete a repor ou a completar a garantia na hipótese de utilização parcial ou total, para manter o percentual inicial, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da data em que for notificada pelo MPDFT, mediante correspondência entregue contra recibo.

PARÁGRAFO OITAVO

A CONTRATADA se compromete apresentar a garantia quando da alteração do valor contratado, para manter o percentual inicial, ou em caso de prorrogação de vigência do contrato, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da data de assinatura do instrumento contratual de prorrogação ou alteração.

PARÁGRAFO NONO

A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

- I. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia, sendo que:
 - a) o bloqueio efetuado com base no inciso I deste parágrafo não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA;
 - b) a CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no inciso I deste parágrafo por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária;
 - c) o valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO

O prazo de validade da garantia coincidirá com o prazo de duração da assistência técnica do equipamento, sendo restituída ou liberada após a atestação da inexistência de responsabilidade da CONTRATADA no pagamento de multa e/ou ressarcimento de danos ao MPDFT e/ou a terceiros.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

A critério do MPDFT, poderá ocorrer a liberação da garantia proporcionalmente à execução da prestação realizada pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

Em se tratando de fiança bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil Brasileiro.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO

Em se tratando de caução em títulos da dívida pública, estes devem ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, de acordo com o estabelecido pela Lei n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO

Os depósitos para garantia serão obrigatoriamente efetuados na Caixa Econômica Federal, à ordem do Secretário-Geral do MPDFT, conforme estabelecido no Decreto n.º 93.872/1986.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO

A garantia não poderá ser concedida de forma proporcional ao seu prazo de vigência, sendo vedado constar a expressão: sequintes à excussão dos bens do afiançado ou outra expressão equivalente.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas nos arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a serem aplicadas pela autoridade competente do MPDFT, conforme a

gravidade do caso, assegurado o direito à ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

No caso de atraso injustificado no cumprimento da obrigação contratual, no que diz respeito ao prazo de entrega do objeto ou da prestação de serviços, será aplicada multa de mora, conforme previsto no art. 86 da Lei n.º 8.666/1993, nos seguintes termos:

- I. **Multa de 0,25%** (vinte e cinco décimos por cento) do valor unitário do equipamento em atraso na entrega, por dia corrido de atraso, até o limite de 15% (quinze por cento) do valor do equipamento. Após 30 dias corridos de atraso, o MPDFT poderá considerar inexecução total do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO

No caso de inexecução total ou parcial do presente contrato, as seguintes sanções poderão ser aplicadas, nos termos do art. 87 da Lei n.º 8.666/1993 e do art. 7º da Lei n.º 10.520/2002, sendo que as previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II:

- I. advertência;
- II. multa:
 - no caso de **inexecução parcial** do contrato, garantida a ampla defesa e o contraditório, será aplicada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.
 - no caso de **inexecução total** do contrato, garantida a ampla defesa e o contraditório, será aplicada multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor global do contrato.
 - ✓ Caso a aplicação de multa resulte em valores exorbitantes e/ou desproporcionais, poderá ocorrer a redução do percentual aplicado a critério **discricionário da Administração**, sempre com a análise do caso concreto;
- III. impedimento de licitar e de contratar com a União e, se for o caso, ser descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, quando a CONTRATADA ensejar o retardamento da execução do objeto deste contrato, falhar ou fraudar na sua execução, apresentar documentação falsa, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;
- IV. suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nos itens III e IV do parágrafo anterior desta cláusula, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

PARÁGRAFO QUARTO

No caso de não-recolhimento do valor da multa, dentro de cinco dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada da garantia prestada ou dos pagamentos a que fizer jus a CONTRATADA ou cobrada judicialmente a dívida, consoante o § 3º do artigo 86 e § 1º do artigo 87 da Lei n.º 8.666/1993, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

PARÁGRAFO QUINTO – OUTRAS SANÇÕES

De acordo com o artigo 88 da Lei n.º 8.666/1993, serão aplicadas as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da referida lei à CONTRATADA ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela citada lei:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

PARÁGRAFO SEXTO – RECURSOS

Da aplicação das penas definidas nesta Cláusula caberá recurso no prazo de cinco dias úteis da data de intimação do ato.

PARÁGRAFO SÉTIMO

A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui a possibilidade de aplicação de outras, dispostas na Lei n.º 8.666/1993 e no art. 49 do Decreto nº 10.024/2019, inclusive a responsabilização da CONTRATADA por eventuais perdas e danos causados ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização deste contrato será exercida pelo gestor do contrato, a quem competirá dirimir dúvidas que surgirem na sua execução, e que de tudo dará ciência à administração do MPDFT.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O gestor do contrato anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratual, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA perante o MPDFT e/ou terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do procedimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A rescisão do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito do MPDFT nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993, mediante notificação por meio de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo das penalidades previstas neste contrato;
- b) amigável, por acordo entre as partes, mediante a assinatura de termo aditivo ao contrato, desde que haja conveniência para o MPDFT; e
- c) judicial, nos termos da legislação em vigor.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

PARÁGRAFO QUARTO

Conforme o § 2º do artigo 79 da Lei n.º 8.666/1993, quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da mesma lei, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a: a) devolução de garantia; b) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão; c) pagamento do custo de desmobilização.

PARÁGRAFO QUINTO

A rescisão poderá acarretar as seguintes consequências imediatas:

- a) a execução da garantia contratual para ressarcimento ao MPDFT dos valores das multas aplicadas ou de quaisquer outras quantias ou indenizações a ele devidas;
- b) retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados ao MPDFT.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 118 (cento e dezoito) dias, a contar da data de assinatura deste instrumento, ou até o recebimento definitivo do objeto do contrato, com relação ao fornecimento dos equipamentos e de 36 (trinta e seis) meses, contados do recebimento definitivo dos equipamentos, com relação à prestação de garantia *on site*, observado o disposto no *caput* do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O MPDFT deverá encaminhar extrato deste contrato para ser publicado no Diário Oficial da União, no prazo de vinte dias da data de sua assinatura, consoante disposição contida no artigo 20 do Decreto n.º 3.555/2000.

SECRETARIA-GERAL
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Espécie: Contrato nº 021/SG/MPDFT/2021. Processo: PGEA nº 08191.061575/2021-43. Contratante: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT; CNPJ: 26.989.715/0002-93. Contratada: ZETRASOFT LTDA.; CNPJ: 03.881.239/0001-06. Objeto: Licenciamento de uso do programa de computador eConsign - Sistema Eletrônico, via Internet, de Reserva de Margem e Controle de Consignações, com desconto em Folha de Pagamento, denominado simplesmente Sistema eConsign, de propriedade da empresa ZetraSoft de acordo com as condições e as especificações do contrato e dos anexos do edital. Modalidade de Licitação: não se aplica (Contrato de Comodato). Vigência: 10/6/2021 até 9/6/2025. Valor Anual Estimado: não se aplica. Programa de Trabalho: não se aplica, Elemento de Despesa: não se aplica. Signatários: MPDFT: WAGNER DE CASTRO ARAÚJO, Secretário-Geral; CONTRATADA: ROSÂNGELA VIEIRA ARAUJO, Administradora. Data de assinatura: MPDFT: 10/6/2021; CONTRATADA: 10/6/2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE RESCISÃO

O Ministério Público Federal, por meio de seu Signatário, DJALMA LEANDRO JUNIOR, Secretário de Administração, torna pública a RESCISÃO UNILATERAL do Termo de Contrato nº 32/2020, firmado com a empresa RAKIA SOLUÇÕES EM ENERGIA SOLAR LTDA. CNPJ nº 23.495.961/0001-10, com fundamento na Cláusula Vigésima Sexta - Da Rescisão, Parágrafo Terceiro, item 1, do TC nº 32/2020, c/c com o art. 77, art. 78, I, e art. 79, I, todos da Lei nº 8.666/1993. A rescisão terá eficácia a partir da data de sua publicação em extrato no DOU. Processos MPF/PGR n.os 1.00.000.003757/2021-32 e 1.00.000.015334/2020-84.

DJALMA LEANDRO JUNIOR

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO Nº 10/2021

A Secretaria de Administração da Procuradoria-Geral da República torna público os preços registrados nas Atas de Registro de Preços 12(A-E)/2021, decorrentes do Pregão Eletrônico nº 10/2021, cujo objeto é contratação de empresa especializada em tratamento de acervo documental e em gestão da informação para tratar o acervo composto por documentos das áreas administrativa e finalística das unidades do Ministério Público Federal - MPF. no valor total de R\$ 2.310.747,20 (dois milhões, trezentos e dez mil, setecentos e quarenta e sete reais e vinte centavos).

Os preços e as especificações estão à disposição para consulta no site www.transparencia.mpf.mp.br. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura eletrônica do Ordenador de Despesa do Ministério Público Federal - MPF. PROCESSO: 1.00.000.005630/2020-77. FORNECEDORES: TRIAGEM ORGANIZAÇÃO LTDA, CNPJ: 05.944.633/0001-71, Valor: R\$ 332.847,00; ALGV ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA, CNPJ: 17.028.394/0001-99, Valor: R\$ 1.525.097,00; DOC SECURITY SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA, CNPJ: 21.137.729/0001-84, Valor: R\$ 123.000,00; MIDOC SINALIZAÇÃO E GESTÃO DE ACERVOS EIRELI - ME, CNPJ: 34.156.198/0001-19, Valor: R\$ 180.403,20; e DIGITAL PAPER LTDA, CNPJ: 34.156.198/0001-19, Valor: R\$ 149.400,00

DJALMA LEANDRO JUNIOR
Secretário de Administração

RETIFICAÇÃO

No extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 36/2018, publicado no D.O.U. do dia 09/06/2021, seção 3, Edição nº 106, página 118, onde se lê: Valor Total do Termo Aditivo: R\$ 220,32, leia-se: Valor Total do Termo Aditivo: R\$ 2.643,84.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2021 - UASG 200064

Nº Processo: 1200000338202156. Objeto: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços, com fornecimento de mão de obra residente, AUXILIAR ADMINISTRATIVO e RECEPCIONISTA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.. Total de Itens Licitados: 10. Edital: 14/06/2021 das 08h00 às 11h59 e das 12h00 às 17h59. Endereço: Av Miguel Sutil, 2625 - Ed. Jardim Cuiaba Office & Flat, - Cuiabá/MT ou <https://www.gov.br/compras/edital/200064-5-00001-2021>. Entrega das Propostas: a partir de 14/06/2021 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 24/06/2021 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

GIANDERSON MAXSUEL GIL DA PENHA MIRANDA
Pregoeiro

(SIASGnet - 11/06/2021) 200064-00001-2021NE000001

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 1ª REGIÃO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 4/2020

Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 04/2020, firmado em 10/06/2021 com a empresa HBL CARIMBOS E PLACAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA; CNPJ: 72.649.361/0001-74; Objeto: a) prorrogação do prazo de vigência contratual pelo período de 12 meses, contado de 13/07/2021 a 12/07/2022; b) alteração da cláusula de obrigações da contratada; Fundamento legal: inciso II do artigo 57 e no inciso I do artigo 58, ambos da Lei nº 8.666/1993, c/c a Cláusula Décima Segunda do contrato inicial; Processo MPF/PRR1 nº 1.01.000.000012/2020-01; Cobertura Orçamentária: Elemento de Despesa 3.3.90.30, Programa de Trabalho Resumido 172236; Nota de Empenho: nº 2021NE000073, de 19/05/2021; Signatários: pela Contratante, Pedro Henrique Rodrigues de Camargo Dias e, pela Contratada, Rogério Vieira da Silva.

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO
SECRETARIA REGIONAL
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2021 - UASG 200204

Nº Processo: 215/2020-15. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios para a Procuradoria Regional da República da 3ª Região. Total de Itens Licitados: 8. Edital: 14/06/2021 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av. Brigadeiro Luís Antonio, 2020 - Bela Vista, Bela Vista - São Paulo/SP ou <https://www.gov.br/compras/edital/200204-5-00006-2021>. Entrega das Propostas: a partir de 14/06/2021 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 28/06/2021 às 13h00 no site www.gov.br/compras.

EUNICE LOURDES DA SILVA
Pregoeira

(SIASGnet - 11/06/2021) 200100-00001-2021NE000001

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 09/2018 - de prestação de serviços de manutenção predial à PR/AM. Processo nº: 1.13.000.001031/2021-15. Contratante: União, por intermédio da Procuradoria da República no estado do Amazonas, representada neste ato por sua Secretária Estadual, Sra. Flávia Manarte Hanna. Contratada: Norte Sul Serviços de Gestão de Recursos Humanos - EIRELI, CNPJ 21.345.025/0001-05. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato. Valor Anual: R\$ 214.965,00 (duzentos e quatorze mil, novecentos e sessenta e cinco reais). Vigência: de 11/06/2021 à 10/06/2022. Modalidade: Pregão nº 03/2018. Data de Assinatura: 10/06/2021. Assinaturas: Sra. Flávia Manarte Hanna - Secretária Estadual da PR/AM, pela Contratante e Sr. José Leomar de Noronha - representante legal, pela Contratada.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 03/2021, firmado em 05/02/2016; Contratante: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Maranhão; Contratada: DEFENSIVA Freitas Segurança - Eireli-Me.; Objeto: Prestação de serviços de vigilância armada, a serem executados nas dependências da Procuradoria da República no Município de Balsas (MA); Amparo: Pregão Eletrônico nº 04/2021; Processo: 1.19.000.000348/2021-11; Vigência: 12 (doze) meses, de 11/06/2021 a 10/06/2022; Cobertura Orçamentária: Elemento 339037, Atividade 03062058142640001; Valor mensal: R\$ 15.469,18 (quinze mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e deztois centavos); Nota de Empenho: nº 2021NE000105, de 08/06/2021; Signatários: pela Contratante, Flávio Roberto Martins de Matos, e pela Contratada, Wellington Ubaldino de Freitas; Data da Assinatura: 10.06.2021.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 24/2017

CONTRATANTES: UNIÃO, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Paraná, e POWERCOM BRASIL GERADORES EIRELI - EPP. OBJETO: reajuste do preço e prorrogação do prazo de vigência. VALOR GLOBAL ANUAL: R\$ 7.978,43. VIGÊNCIA: 29/09/2021 a 28/09/2022. MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 19/2017, considerando as disposições estabelecidas na Lei nº 10.520, de 17/07/02, Decreto nº 5.450, de 31/05/05, e, ainda, as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 21/06/93. ASSINATURA: 10/06/2021. PROCESSO: 1.25.000.001526/2017-39. ASSINAM: Marcela Puig Kaczorowski, Coordenadora de Administração, pela Contratante, e Marcelo Eduardo Sottile França, pela Contratada.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 13/2021. CONVÊNIO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO. Participes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, e a FACULDADE AUTÔNOMA DE DIREITO (FADISP), mantida pelo CENTRO EDUCACIONAL ALVES FARIA LTDA. Objeto: Cooperação Técnica, Operacional e Científica por meio de atividades acadêmicas desenvolvidas por aluno ou grupo de estudos que versem a respeito de questões de atribuição do Ministério Público Federal, proporcionando a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 09/06/2021 a 08/06/2024. Data de assinatura: 09/06/2021. Assinam: Carlos Eduardo Trindade, Diretor Superintendente da Instituição de Ensino; e Elisa Brito Silva, Secretária Estadual da Procuradoria da República no Estado de São Paulo.

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 19/2021. CONVÊNIO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO. Participes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, e a FACULDADE PAULUS DE TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO (FAPCOM), mantida pela PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO. Objeto: Cooperação Técnica, Operacional e Científica por meio de atividades acadêmicas desenvolvidas por aluno ou grupo de estudos que versem a respeito de questões de atribuição do Ministério Público Federal, proporcionando a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 09/06/2021 a 08/06/2024. Data de assinatura: 09/06/2021. Assinam: Antonio Iraldo Alves de Brito, Diretor da Instituição de Ensino; e Elisa Brito Silva, Secretária Estadual da Procuradoria da República no Estado de São Paulo.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 27/2021

ESPÉCIE: Contrato nº 27/2021; PROCESSO PR-SP/DICGC: 1.34.001.004006/2021-45; CONTRATANTE: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ: 26.989.715/0031-28; CONTRATADA: SECTOR SERVIÇOS E CONSERVAÇÃO LTDA., CNPJ: 09.128.618/0001-06; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 10/2020, Lei nº 8.666/1993; PROCESSO PR-SP/SLDE: 1.34.001.000529/2020-31; OBJETO: Contratação de serviços continuados de LIMPEZA, ASSEIO, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital, para atender às necessidades da PRM Campinas; VIGÊNCIA: 15/06/2020 a 04/03/2022; VALOR GLOBAL ANUAL: R\$ 145.736,64 (cento e quarenta e cinco mil e setecentos e trinta e seis reais e sessenta e quatro centavos); PROGRAMA DE TRABALHO: 03062003142640001; ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.37.02; EMPENHO: 2020NE000281 de 08/06/2021; SIGNATÁRIOS: MPF-PR/SP: ELISA BRITO SILVA, Secretária Estadual e CONTRATADA: LUIZ FERNANDO MOMPEAN ORIGUELLA; DATA DA ASSINATURA: 11/06/2020.

